

ANEXO I – QUESTIONÁRIO PLANO DE TRABALHO¹

O que se pretende avaliar	Descrição dos Procedimentos	Questionário - Perguntas	Opções de Respostas	informações complementares	O que se espera analisar para o painel de dados
1) O Tribunal possui um normativo interno alinhado às diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ n. 558/2024;	1.1) Verificar se o tribunal publicou normativo regulamentando as diretrizes da gestão, destinação, transparência e prestação de contas de recursos oriundos de pena de multa, de perda de bens e valores, inclusive por alienação antecipada de bens apreendidos, sequestrados ou arrestados, de condenações a prestações pecuniárias em procedimentos criminais, de colaboração premiada, acordos de leniência e	1.1) O tribunal publicou normativo interno regulamentando as diretrizes da gestão, destinação, transparência e prestação de contas de recursos oriundos de pena de multa, de perda de bens e valores, de prestações pecuniárias, de colaboração premiada, acordos de leniência e de acordos de cooperação internacional?	a. sim, há normativo regulamentando completamente todos os tipos de recursos listados; b. sim, há normativo regulamentando parcialmente os tipos de recursos listados; c. não há normativo regulamentando a temática (explique o motivo)	Caso a resposta seja “b” ou “c”, informe sucintamente os pontos não normatizados ou os motivos para a ausência de normativo:	o número (percentual) de tribunais que regulamentaram as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ n. 558/2024 e identificar os pontos que não foram normatizados.

	<p>acordos de cooperação internacional;</p>				
	<p>1.2) Avaliar se as diretrizes reguladas pelo normativo interno estão alinhadas à Resolução CNJ n. 558/2024.</p>	<p>1.2) O normativo publicado pelo Tribunal está alinhado às diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ n. 558/2024?</p>	<p>a. sim, o normativo está totalmente alinhado à Resolução CNJ n. 558/2024; b. sim, o normativo está alinhado à Resolução CNJ n. 558/2024 parcialmente; c. não, o normativo não está alinhado à Resolução CNJ n. 558/2024; d. não se aplica, não há normativo regulamentando a temática.</p>	<p>Caso a resposta seja “b”, informe sucintamente os pontos que não estão alinhados à Resolução:</p>	<p>identificar o número (percentual) de tribunais que está com o normativo alinhado à resolução nº 558/2024</p>

<p>2) O tribunal regulamentou os procedimentos relacionados à pena de prestação pecuniária;</p>	<p>2.1) Verificar se o normativo incluiu: I – os procedimentos atinentes à elaboração e à publicação de editais para cadastramento, apresentação e aprovação de projetos de entidades públicas ou privadas com destinação social, interessadas em executar ações a que se destinam os valores da medida de prestação pecuniária; II – a forma de publicidade a ser adotada pelo tribunal, para garantir a transparência da regulamentação e da destinação de valores; III – a forma de prestação de contas pelas entidades conveniadas perante a unidade gestora; e IV – outras condições eventualmente</p>	<p>2.1) O tribunal regulamentou os procedimentos relacionados à pena de prestação pecuniária?</p>	<p>a. sim, o tribunal regulamentou os procedimentos relacionados à pena de prestação pecuniária completamente (inclui todos os incisos); b. sim, o tribunal regulamentou os procedimentos relacionados à pena de prestação pecuniária parcialmente (deixou de incluir ao menos um dos incisos); c. não, o tribunal não regulamentou os procedimentos relacionados à pena de prestação pecuniária; d. não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Caso a resposta seja “b” ou “d”, informe os incisos que não foram regulamentados ou os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao caso do tribunal:</p>	<p>o número(percentual) de tribunais que regulamentaram os procedimentos relacionados à prestação pecuniária e identificar os principais pontos que não foram regulamentados</p>
---	---	---	---	---	--

	necessárias, observadas as peculiaridades locais.				
O que se pretende avaliar	Descrição dos Procedimentos	Questionário - Perguntas	Opções de Respostas	Informações complementares	O que se espera analisar para o painel de dados
<p>3) Há procedimentos e controles estabelecidos para que a destinação dos recursos de penas pecuniárias, cabíveis ao Poder Judiciário, ocorra preferencialment</p>	<p>3.1) identificar a existência de procedimentos que definam critérios para conveniamento de instituições e de preferência ou classificação das instituições para o recebimento de recursos provenientes de penas pecuniárias.</p>	<p>3.1) Há procedimentos definindo critérios para conveniamento, preferência ou classificação das instituições para o recebimento de recursos provenientes de penas pecuniárias?</p>	<p>a. sim, os critérios encontram-se completamente definidos; b. sim, os critérios encontram-se definidos parcialmente; c. não há procedimentos orientados para a temática; d. não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Caso a resposta seja “b” ou “d”, informe os procedimentos que não têm critérios definidos: a. conveniamento; b. preferência; c. classificação das instituições. ; ou informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal;</p>	<p>o número(percentual) de tribunais que definiram critérios para conveniamento de instituições e de preferência ou classificação das instituições para o recebimento de recursos provenientes de penas pecuniárias e identificar os critérios que ainda não foram definidos</p>

<p>e à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde;</p>	<p>3.2) avaliar se os procedimentos e controles proporcionam isonomia na ordem de destinação de recursos;</p>	<p>3.2) Os procedimentos e controles preveem a priorização estabelecida na Resolução na ordem de destinação de recursos?</p>	<p>a. sim, os procedimentos e controles instituídos preveem a priorização estabelecida na Resolução na ordem de destinação dos recursos; b. sim, os procedimentos e controles instituídos preveem parcialmente a priorização estabelecida na Resolução na ordem de destinação dos recursos c. não, os procedimentos e controles instituídos não preveem a priorização estabelecida na Resolução na ordem de destinação dos recursos; d. não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Caso a resposta seja “b”, “c” ou “d”, informe sucintamente as possíveis causas da ausência de previsão de ordem de destinação dos recursos ou informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal:</p>	<p>o número (percentual) de tribunais que possuem procedimentos e controles que preveem a priorização estabelecida na Resolução na ordem de destinação dos recursos</p>
--	---	--	--	---	---

<p>3.3) verificar se, para os procedimentos de credenciamento, é exigida documentação que demonstre que a entidade beneficiada está apta para receber e desempenhar as atividades dos projetos (ex: estatuto ou contrato social, documentos de identificação de diretores/sócios/administradores, CNPJ da entidade, comprovação da condição de entidade pública/privada com destinação social, comprovantes de regularidade fiscal, dentre outras certidões e declarações que o Tribunal entender necessárias);</p>	<p>3.3) Há exigência de documentação que demonstre que a entidade beneficiada está apta para receber e desempenhar as atividades dos projetos?</p>	<p>a. sim, nos procedimentos, são exigidos documentos suficientes que demonstrem que a entidade beneficiada está apta para receber e desempenhar as atividades dos projetos;</p> <p>b. sim, nos procedimentos, são exigidos alguns documentos da entidade beneficiada, mas não são suficientes para comprovar que está apta para receber e desempenhar as atividades dos projetos;</p> <p>c. não, nos procedimentos não são exigidos documentos que demonstrem que a entidade beneficiada está apta para receber e desempenhar as atividades dos projetos;</p> <p>d. não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Caso a resposta seja “b” ou “d”, informe os documentos que ainda não são exigidos para comprovar que a entidade beneficiada está apta para receber e desempenhar as atividades dos projetos;</p> <p>ou informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal;</p>	<p>qual o percentual de tribunais adotou procedimentos para verificar se a entidade beneficiada está apta para receber e desempenhar as atividades dos projetos</p>
---	--	--	--	---

	<p>3.4) verificar se no procedimento é levado em consideração o art. 7º, I a VII, e parágrafo único, alíneas 'a' e 'b' da Resolução 558/2024 (vedações de destinação de recursos)</p>	<p>3.4) Os procedimentos estabelecidos observam as vedações de destinação de recursos do art. 7º, I a VII, e parágrafo único, alíneas 'a' e 'b' da Resolução 558/2024?</p>	<p>a. sim, os procedimentos estabelecidos incluíram todas as vedações de destinação de recursos; b. sim, os procedimentos estabelecidos incluíram algumas das vedações de destinação de recursos; c. não, não há procedimentos estabelecidos relacionados às vedações de destinação de recursos; d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Caso a resposta seja “b” ou “d”, informe as principais vedações que não foram estabelecidas nos procedimentos; ou informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>se os tribunais estabeleceram os procedimentos contemplando todas as vedações para a destinação de recursos e as principais vedações que não foram incluídas nos procedimentos</p>
	<p>3.5) verificar a existência de controles que visem impedir a concessão de recursos para finalidade diversa ou entidades vedadas para o seu recebimento.</p>	<p>3.5) Existem controles instituídos para impedir a concessão de recursos para finalidade diversa ou entidades vedadas ao seu recebimento?</p>	<p>a. sim, existem controles que visam impedir a concessão de recursos para finalidade diversa ou entidades vedadas ao seu recebimento b. Sim, existem controles para impedir alguma das concessões de recursos para finalidade diversa ou para entidades vedadas ao seu recebimento c. Não, não existem controles para impedir nenhum tipo de concessão de recursos para finalidade diversa ou para</p>	<p>Caso a resposta seja “b” ou “d”, informe qual o controle inexistente: a. de concessão de recursos para finalidade diversa; b. de entidades vedadas para o seu recebimento; ou informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>verificar o quantitativo de tribunais que instituíram controles para impedir a concessão de recursos para finalidade diversa ou para entidades vedadas ao seu recebimento e quais os tipos de controles que não foram instituídos</p>

			<p>entidades vedadas ao seu recebimento</p> <p>d. não se aplica (explique o motivo)</p>		
<p>4) Os critérios de priorização do repasse de valores às instituições beneficiárias são atendidos;</p>	<p>4.1) identificar a ocorrência de repasse a entidade beneficiária que não se enquadre nos critérios de prioridade;</p>	<p>4.1) Foi identificado repasse de recursos a entidade beneficiária não enquadrada nos critérios de prioridade?</p>	<p>a. sim b. não</p>	<p>Em caso positivo, informar o número identificado de entidades receptoras não enquadradas nos critérios de prioridade e o total de entidades receptoras de recursos analisadas.</p> <p>Nº de inconformidades:</p> <p>Total analisado:</p> <p>Informe se o valor obtido corresponde ao total ou apenas a uma amostra</p>	<p>obter a quantidade de tribunais que concedeu recursos a entidades não enquadradas nos critérios de prioridade; e o percentual de entidades receptoras não enquadradas nos critérios de prioridade.</p>

				Total: Amostra:	
	4.2) verificar se no ato ou processo de concessão/autorização de repasse dos recursos da conta vinculada há menção ao critério de prioridade que a entidade está enquadrada;	4.2) Foi informado, no processo, o critério de prioridade em que se enquadra a entidade que receberá os recursos?	<p>a. sim, em todos os processos, há menção do critério de prioridade que a entidade está enquadrada</p> <p>b. sim, em parte dos processos, há menção do critério de prioridade que a entidade está enquadrada</p> <p>c. não, nos processos, não há menção do critério de prioridade que a entidade está enquadrada</p> <p>d. não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Se a resposta for 'b' ou 'c', informar o número de processos em que <u>não há</u> menção dos critérios de prioridade para a concessão de recursos.</p> <p>Nº de inconformidades:</p> <p>Total analisado:</p> <p>Informe se o valor obtido corresponde ao total ou apenas a uma amostra</p> <p>Total:</p> <p>Amostra:</p> <p>- Caso a resposta seja "d", informe os motivos pelos</p>	obter uma estimativa se há menção nos processos de concessão de recursos sobre os critérios de prioridade que a entidade se enquadra

				quais a pergunta não se aplica ao tribunal.	
	4.3) realizar levantamento, em termos percentuais, dos principais critérios de prioridade utilizados para autorizar projetos.	4.3) Informar os percentuais identificados dos principais critérios de prioridade autorizados a executar projetos. (caso não haja, informar "0")	inciso I - inciso II - inciso III - inciso IV - inciso V - inciso VI - inciso VII - inciso VIII - inciso IX - § 2º -		identificar quais os principais critérios de prioridade autorizados a executar projetos (por tribunal, por ramo da justiça)
5) Houve destinação de recursos para finalidade diversa ou entidades	5.1) verificar a ocorrência de concessão de recursos a finalidades ou entidades vedadas para o seu recebimento;	5.1) Foi identificada a concessão de recursos a finalidades ou entidades vedadas para o seu recebimento?	a. sim b. não		identificar em quantos tribunais (percentual) ocorreu alguma concessão de recursos a finalidades ou entidades vedadas para o seu recebimento

<p>vedadas pela Resolução CNJ n. 558/2024;</p>	<p>5.2) realizar levantamento do montante dos recursos destinados em desconformidade e indicar o percentual frente ao montante total de recursos recebidos por prestação de pena pecuniária.</p>	<p>5.2) Informar o montante dos recursos destinados em desconformidade e indicar o percentual frente ao montante total analisado e ao total de recursos de prestação de pena pecuniária</p>	<p>Valor em desconformidade - R\$ Percentual do valor em desconformidade frente ao total analisado - % Percentual do valor em desconformidade frente ao total de recursos de prestação de pena pecuniária - %</p>		<p>obter uma estimativa do volume de recursos destinados em desconformidade e do percentual que representa frente ao montante de recursos</p>
<p>6) O credenciamento das entidades públicas ou privadas e dos respectivos projetos a serem custeados pelos valores oriundos das penas de prestações pecuniárias foi realizado por meio de editais públicos, com ampla divulgação e obedecendo aos princípios</p>	<p>6.1) identificar se as entidades públicas ou privadas e os respectivos projetos recebedores de recursos foram credenciados;</p>	<p>6.1) As entidades públicas ou privadas e os respectivos projetos recebedores de recursos foram credenciados?</p>	<p>a. sim, todas entidades públicas ou privadas e os respectivos projetos recebedores de recursos foram credenciados b. sim, algumas entidades públicas ou privadas e os respectivos projetos recebedores de recursos foram credenciados c. não, não houve credenciamento das entidades públicas ou privadas e dos respectivos projetos recebedores de recursos d. não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, informar o número identificado de não credenciamento das entidades públicas ou privadas e o número total de projetos recebedores de recursos Nº de inconformidades: Total analisado: Informe se o valor obtido corresponde ao total ou apenas a uma amostra Total</p>	<p>obter uma estimativa do percentual de credenciamento das entidades públicas ou privadas e os respectivos projetos recebedores de recursos</p>

constitucionais da Administração Pública;				Amostra	
	6.2) verificar se o credenciamento ocorreu mediante publicação de edital;	6.2) O credenciamento das entidades decorreu de processo com publicação de edital?	<p>a. sim, todas as entidades foram credenciadas em decorrência de edital publicado</p> <p>b. sim, algumas das entidades foram credenciadas em decorrência de edital publicado</p> <p>c. não, as entidades não foram credenciadas ou seu credenciamento não foi em decorrência de edital publicado</p> <p>d. não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p> <p>Em caso não atendimento parcial, informar o número identificado de entidades credenciadas sem publicação de edital e o número total de entidades receptoras de recursos.</p> <p>Nº de inconformidades:</p> <p>Total analisado:</p> <p>Informe se o valor obtido corresponde ao total ou apenas a uma amostra</p> <p>Total</p> <p>Amostra</p>	estimar o percentual de entidades credenciadas em decorrência de publicação de edital

				Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.	
	6.3) identificar o percentual de entidades e projetos não credenciados recebedores de recursos e o respectivo montante frente ao total de recursos.	6.3) Informar o percentual de entidades e projetos não credenciados recebedores de recursos e o respectivo montante frente ao total de recursos	% de entidades e projetos não credenciados recebedores de recursos, frente ao total de entidades receptoras de recursos. % do valor dos recursos repassados a entidades e projetos não credenciados recebedores de recursos frente ao montante total analisado		identificar o percentual de entidades e projetos não credenciados recebedores de recursos e o percentual que representa frente ao montante total



<p>7) Os tribunais dispõem de estruturas administrativas responsáveis pela execução de prestação pecuniária;</p>	<p>7.1) identificar a existência de estruturas administrativas internas, comitês e instância específica para o credenciamento geral e periódico das entidades aptas a serem beneficiadas ou se a elaboração dos editais e o posterior credenciamento fica a cargo das varas responsáveis pela execução da pena de prestação pecuniária, com a supervisão da corregedoria do tribunal, conforme a regulamentação interna.</p>	<p>7.1) Existe estrutura administrativa interna, comitê ou instância específica para o credenciamento geral e periódico das entidades aptas a serem beneficiadas com os recursos de pena de prestação pecuniária?</p>	<p>a. Sim, existe estrutura administrativa interna para essa finalidade; b. Sim, a elaboração dos editais e posterior credenciamento de entidades aptas a serem beneficiadas está a cargo das varas responsáveis pela execução da pena, com a supervisão da corregedoria do tribunal; c. Não, não há instância específica na estrutura interna, nem há previsão normativa/regulamentação que determine quem deva elaborar o edital e o posterior credenciamento das entidades, com a supervisão da corregedoria do tribunal. d. não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>o percentual de tribunais que dispõem de estruturas administrativas para a execução de prestação pecuniária frente ao total de tribunais; o percentual de tribunais que atribuíram às varas responsáveis pela execução de pena de prestação pecuniária a elaboração dos editais e posterior credenciamento das entidades aptas a serem beneficiadas</p>
--	--	---	--	---	---

<p>8) Há lista disponível a todas as varas com competência criminal das entidades aptas a serem beneficiadas pelos recursos decorrentes de penas de prestação pecuniária, a fim de facilitar a escolha e a destinação equitativa dos valores, considerados critérios de pluralidade e impacto social;</p>	<p>8.1) verificar existência e disponibilidade da lista centralizada com as entidades aptas devidamente credenciadas;</p>	<p>8.1) Há lista centralizada disponível a todas as varas com competência criminal das entidades aptas a serem beneficiadas?</p>	<p>a. Sim, a lista existe e está disponível a todas as varas com competência criminal b. Sim, a lista existe, mas não está disponível a todas as varas com competência criminal c. Não há lista disponível a todas as varas com competência criminal d. não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Caso a resposta seja “b” ou “c”, informar as possíveis causas da deficiência constatada. Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>identificar o percentual de tribunais com listas disponíveis às varas de competência criminal levantar as principais causas de inexistência e/ou indisponibilidade de lista com as entidades aptas a serem beneficiadas</p>
	<p>8.2) identificar se as varas responsáveis pela execução da pena de prestação pecuniária possuem lista com as entidades aptas a serem beneficiadas, em caso de não haver lista centralizada</p>	<p>8.2) É adotada, no âmbito das varas responsáveis pela execução da pena, a construção de lista com as entidades aptas a serem beneficiadas com recursos de penas de prestação pecuniária, quando não há lista centralizada?</p>	<p>a. Sim, as varas responsáveis pela execução da pena de prestação pecuniária possuem, como boa prática, lista com as entidades aptas a serem beneficiadas b. Sim, algumas varas responsáveis pela execução da pena de prestação pecuniária possuem, como boa prática, lista com as entidades aptas a serem beneficiadas c. Não, as varas responsáveis pela execução da pena de prestação pecuniária não possuem, como boa prática, lista com as entidades aptas a serem beneficiadas</p>	<p>Caso a resposta seja “b” ou “c”, informar sobre impactos negativos na escolha e destinação dos valores, pela ausência de listas e/ou de formalização de procedimentos, considerados critérios de pluralidade e impacto social Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>identificar o percentual de tribunais que adotam a boa prática de elaborar lista com as entidades aptas a serem beneficiadas, em caso de não haver lista centralizada</p>

			d. Não se aplica (explique o motivo)		
9) Há procedimentos e controles estabelecidos para a gestão e destinação dos recursos oriundos do acordo de transação penal, da suspensão condicional do processo e do acordo de não persecução penal;	9.1) Verificar a existência de procedimentos e controles estabelecidos para a gestão e destinação dos recursos oriundos do acordo de transação penal, da suspensão condicional do processo e do acordo de não persecução penal	9.1) Existem procedimentos e controles internos estabelecidos para a gestão e destinação dos recursos de prestações pecuniárias arrecadados em acordos de transação penal, suspensão condicional do processo e de não persecução penal?	a. Sim, os procedimentos e controles internos estão estabelecidos para todas as situações/acordos b. Sim, os procedimentos e controles estão estabelecidos para parte das situações/acordos c. Não, os procedimentos e controles não foram estabelecidos d. Não se aplica (explique o motivo)	Caso a resposta seja “b” ou “c”, informar sobre as possíveis causas da deficiência constatada Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.	verificar o percentual de tribunais que possuem procedimentos e estabeleceram controles sobre a gestão e destinação dos recursos oriundos do acordo de transação penal, da suspensão condicional do processo e do acordo de não persecução penal levantar as possíveis causas para a ausência de procedimentos e controles sobre a gestão e destinação dos recursos

					oriundos do acordo de transação penal, da suspensão condicional do processo e do acordo de não persecução penal
--	--	--	--	--	---

<p>10) O Tribunal estabeleceu procedimentos e controles para assegurar a destinação correta dos recursos regrados pelos arts. 17 a 21 da Resolução CNJ n. 558/2024;</p>	<p>10.1) Verificar a existência de procedimentos e controles relacionados à destinação dos valores ou bens provenientes das seguintes situações:</p> <p>a) Acordo de colaboração premiada: Conforme o art. 4º, inciso IV, da Lei n. 12.850/2013, que estabelece que os valores ou bens sejam destinados à União, salvo disposição legal expressa que determine outra vinculação, respeitando o interesse de outras entidades lesadas;</p> <p>b) Perda de bens, direitos e valores relacionados a crimes previstos na Lei n. 9.613/1998: que disciplina a destinação em favor da União ou</p>	<p>10.1) O Tribunal estabeleceu formalmente os procedimentos que devem ser observados para a destinação correta dos recursos regrados pelos arts. 17 a 21 da Resolução CNJ n. 558/2024?</p>	<p>a. Sim, os procedimentos e controles foram estabelecidos para todas as hipóteses dos arts. 17 a 21 da Resolução CNJ n. 558/2024</p> <p>b. Sim, os procedimentos e controles foram estabelecidos, mas não para todos os casos</p> <p>c. Não, os procedimentos e controles relacionados aos arts. 17 a 21 da Resolução CNJ n. 558/2024 não foram estabelecidos no tribunal</p> <p>d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, informar quais procedimentos e controles relacionados aos arts. 17 a 21 da Resolução CNJ n. 558/2024 não foram estabelecidos</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>o número de tribunais que estabeleceram procedimentos e controles para todos os crimes abordados nos arts. 17 a 21 da Resolução CNJ n. 558/2024; levantar as situações que os tribunais não estabeleceram procedimentos e controles sobre a destinação de recursos regrados pelos arts. 17 a 21 da Resolução CNJ n. 558/2024 com classificação das situações que não foram abordadas</p>
---	--	---	---	---	---

dos Estados, dependendo da competência da Justiça estadual;

c) Crimes previstos na Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas): estabelece que os bens, direitos ou valores apreendidos sejam revertidos ao Fundo Nacional Antidrogas, conforme legislação aplicável;

d) Atividades criminosas perpetradas por milicianos: disciplina que os recursos provenientes de bens móveis e imóveis apreendidos ou sequestrados sejam destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública;

e) Crimes ambientais: em que os

produtos e instrumentos utilizados nas práticas criminosas sejam destinados de acordo com o art. 25 da Lei n. 9.605/1998.				
---	--	--	--	--

<p>11) O tribunal tem procedimentos definidos para assegurar que o produto da alienação depositado em conta vinculada ao juízo, após a decisão condenatória final do processo ou conforme dispuser lei específica, seja destinado à União, observando a sistemática e os códigos de recolhimento divulgados no portal eletrônico do CNJ;</p>	<p>11.1) Verificar se existem procedimentos definidos para assegurar a destinação à União do produto da alienação depositado em conta vinculada ao juízo, após a decisão condenatória final do processo ou conforme dispuser lei específica, observando a sistemática e os códigos de recolhimento divulgados no portal eletrônico do CNJ.</p>	<p>11.1) O tribunal definiu procedimentos uniformes para assegurar que o produto da alienação depositado em conta vinculada ao juízo, após a decisão condenatória final do processo ou conforme dispuser lei específica, seja destinado à União, observando a sistemática e os códigos de recolhimento divulgados no portal eletrônico do CNJ?</p>	<p>a. Sim, os procedimentos foram definidos, são uniformes, e observam a sistemática e os códigos de recolhimento divulgados no portal eletrônico do CNJ b. Sim, os procedimentos foram parcialmente definidos, mas não observam a sistemática e os códigos de recolhimento divulgados no portal do CNJ c. Não há procedimentos definidos d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, informar as principais deficiências verificadas nos procedimentos adotados pelo tribunal (procedimentos não uniformes para todas as varas, ausência de observância da sistemática e dos códigos de recolhimentos divulgados no portal do CNJ, etc) Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>o número de tribunais que não definiram procedimentos para a destinação do produto da alienação depositado em conta do juízo identificar as principais deficiências nos casos de não adoção de procedimentos para a destinação do produto da alienação depositado em conta do juízo</p>
--	--	--	---	--	--

<p>12) O tribunal tem procedimentos definidos para assegurar que, nos casos de alienação ou destinação de veículos automotores, o juízo providencie, antes da entrega do bem, a baixa de eventual registro de bloqueio no sistema Renajud;</p>	<p>12.1) Verificar se existem procedimentos definidos para assegurar que o juízo providencie, antes da entrega do bem, a baixa de eventual registro de bloqueio no sistema Renajud nos casos de alienação ou destinação de veículos automotores</p>	<p>12.1) O tribunal definiu procedimentos uniformes para assegurar que o juízo providencie, antes da entrega do bem, a baixa de eventual registro de bloqueio no sistema Renajud nos casos de alienação ou destinação de veículos automotores?</p>	<p>a. Sim, os procedimentos foram definidos e são uniformes b. Sim, os procedimentos foram parcialmente definidos ou não são uniformes para todas as varas c. Não há procedimentos definidos d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial esclarecer as principais deficiências verificadas nos procedimentos adotados pelo tribunal nos casos de alienação ou destinação de veículos automotores (procedimentos não uniformes, procedimentos parcialmente estabelecidos etc.).</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>o número de tribunais que não definiram procedimentos para a alienação ou destinação de veículos automotores, identificar os principais procedimentos não estabelecidos</p>
--	---	--	--	---	--

<p>13) O tribunal tem procedimentos definidos para assegurar que a alienação antecipada de ativos seja realizada preferencialmente e por meio de leilões unificados, organizados pelo próprio juízo, por centrais de alienação, na primeira e na segunda instância, ou por adesão a procedimento de alienação promovido pelo MJSP.</p>	<p>13.1) Verificar se existem procedimentos definidos para assegurar que a alienação antecipada de ativos seja realizada preferencialmente por meio de leilões unificados, organizados pelo próprio juízo, por centrais de alienação, na primeira e na segunda instância, ou por adesão a procedimento de alienação promovido pelo MJSP.</p>	<p>13.1) O tribunal definiu procedimentos uniformes para assegurar que a alienação antecipada de ativos seja realizada preferencialmente por meio de leilões unificados, organizados pelo próprio juízo, por centrais de alienação ou por adesão a procedimento de alienação promovido pelo MJSP?</p>	<p>a. Sim, os procedimentos foram definidos e são uniformes b. Sim, os procedimentos foram parcialmente definidos ou não são uniformes para todas as varas c. Não há procedimentos definidos d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, esclarecer as principais deficiências verificadas nos procedimentos adotados pelo tribunal nos casos de alienação antecipada de ativos</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>o número de tribunais que não definiram procedimentos para a alienação antecipada de ativos, e o percentual que representam frente ao total;</p> <p>identificar os principais procedimentos não estabelecidos</p>
--	--	---	--	---	--

<p>14) O tribunal tem procedimentos definidos para assegurar que os bens e valores cuja perda decorra de pena restritiva de direitos prevista no art. 43, II, do Código Penal sejam destinados, ressalvada a legislação penal especial, ao Fundo Penitenciário Nacional</p>	<p>14.1) Verificar se existem procedimentos definidos para assegurar a destinação ao Fundo Penitenciário Nacional dos bens e valores cuja perda decorra de pena restritiva de direitos prevista no art. 43, II, do Código Penal</p>	<p>14.1) O tribunal definiu procedimentos uniformes para assegurar que os bens e valores cuja perda decorra de pena restritiva de direitos prevista no art. 43, II, do Código Penal sejam destinados, ressalvada a legislação penal especial, ao Fundo Penitenciário Nacional?</p>	<p>a. Sim, os procedimentos foram definidos e são uniformes b. Sim, os procedimentos foram parcialmente definidos ou não são uniformes para todas as varas c. Não há procedimentos definidos d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, esclarecer as principais deficiências verificadas nos procedimentos adotados pelo tribunal na destinação dos bens e valores cuja perda decorra de pena restritiva de direitos prevista no art. 43, II, do Código Penal</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>o número de tribunais que não definiram procedimentos para a destinação dos bens e valores cuja perda decorra de pena restritiva de direitos prevista no art. 43, II, do Código Penal, identificar os principais procedimentos não estabelecidos</p>
---	---	--	--	---	---

<p>15) O tribunal tem procedimentos definidos para assegurar que os recursos decorrentes de acordos de leniência firmados no âmbito da responsabilização judicial prevista no art. 19 da Lei n. 12.846/2013 sejam destinados ao ressarcimento do ente público lesado;</p>	<p>15.1) Verificar se existem procedimentos definidos para assegurar a destinação dos recursos decorrentes de acordos de leniência firmados no âmbito da responsabilização judicial prevista no art. 19 da Lei n. 12.846/2013 ao ente público lesado.</p>	<p>15.1) O tribunal definiu procedimentos uniformes para assegurar que os recursos decorrentes de acordos de leniência firmados no âmbito da responsabilização judicial prevista no art. 19 da Lei n. 12.846/2013 sejam destinados ao ressarcimento do ente público lesado?</p>	<p>a. Sim, os procedimentos foram definidos e são uniformes b. Sim, os procedimentos foram parcialmente definidos ou não são uniformes para todas as varas c. Não há procedimentos definidos d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, esclarecer as principais deficiências verificadas nos procedimentos adotados pelo tribunal na destinação dos recursos decorrentes de acordos de leniência firmados com fundamento no art. 19 da Lei n. 12.846/2013</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>o número de tribunais que não definiram procedimentos para a destinação dos recursos decorrentes de acordos de leniência firmados com fundamento no art. 19 da Lei n. 12.846/2013, identificar os principais procedimentos não estabelecidos</p>
---	---	---	--	---	---

<p>16) O tribunal tem procedimentos definidos para assegurar que os recursos decorrentes de acordos de leniência firmados com fundamento no art. 20 da Lei n. 12.846/2013 sejam destinados à União;</p>	<p>16.1) Verificar se existem procedimentos definidos para assegurar a destinação à União dos recursos decorrentes de acordos de leniência firmados com fundamento no art. 20 da Lei n. 12.846/2013.</p>	<p>16.1) O tribunal definiu procedimentos uniformes para assegurar que os recursos decorrentes de acordos de leniência firmados com fundamento no art. 20 da Lei n. 12.846/2013 sejam destinados à União?</p>	<p>a. Sim, os procedimentos foram definidos e são uniformes b. Sim, os procedimentos foram parcialmente definidos ou não são uniformes para todas as varas c. Não há procedimentos definidos d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, esclarecer as principais deficiências verificadas nos procedimentos adotados pelo tribunal na destinação dos recursos decorrentes de acordos de leniência firmados com fundamento no art. 20 da Lei n. 12.846/2013</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>o número de tribunais que não definiram procedimentos para a destinação dos recursos decorrentes de acordos de leniência firmados com fundamento no art. 20 da Lei n. 12.846/2013, identificar os principais procedimentos não estabelecidos</p>
<p>O que se pretende avaliar</p>	<p>Descrição dos Procedimentos</p>	<p>Questionário - Perguntas</p>	<p>Opções de Respostas</p>	<p>Informações complementares</p>	<p>O que se espera analisar para o painel de dados</p>
<p>17) Foram definidos processos e procedimentos formais para identificar e analisar a completude da</p>	<p>17.1) verificar se existem procedimentos próprios estabelecidos para a prestação de contas pelas entidades favorecidas e respectiva análise (como tipo de processo autuado,</p>	<p>17.1) O tribunal definiu processos e procedimentos uniformes para identificar e analisar a completude da</p>	<p>a. Sim, os procedimentos foram estabelecidos e são uniformes b. Sim, os procedimentos foram parcialmente estabelecidos ou não são uniformes para todas as varas c. Não foram definidos processos e procedimentos</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, esclarecer as principais deficiências verificadas nos procedimentos adotados pelo tribunal na identificação e análise da completude da documentação de prestação</p>	<p>o número de tribunais que não definiram procedimentos para a identificação e análise da completude da documentação de prestação de contas, identificar os principais</p>

documentação de prestação de contas;	documentação a ser apresentada, forma de análise e certificação das contas);	documentação de prestação de contas?	d. Não se aplica (explique o motivo)	de contas pelas entidades favorecidas; ou caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.	procedimentos não estabelecidos
18) O tribunal divulga periodicamente, em seus sítios eletrônicos e com acesso público, o montante de valores arrecadados a título de pena de prestação pecuniária, as entidades e projetos favorecidos;	18.1) verificar a existência de publicação atualizada em seu sítio eletrônico do montante de recursos arrecadados a título de pena de prestação pecuniária, as entidades e projetos favorecidos;	18.1) O tribunal divulga periodicamente, em seus sítios eletrônicos, o montante de valores arrecadados a título de pena de prestação pecuniária, as entidades e projetos favorecidos?	a. Sim, há publicação atual e periódica, com detalhamento igual ou além do exigido; b. Sim, existe publicação atual ou periódica, com detalhamento parcial ao exigido; c. Não, os dados não são divulgados conforme exigido, ou as informações não são atualizadas periodicamente. d. Não se aplica (explique o motivo)	Em caso de não atendimento parcial, detalhar as principais deficiências para o déficit de transparência dos dados do tribunal relativos a recursos arrecadados a título de pena de prestação pecuniárias (não declaração de valores, de dados das entidades, etc); ou caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.	o número de tribunais que divulgam os dados identificar quais os principais dados que não são publicados nos sítios eletrônicos

	18.2) verificar se a publicação é facilmente localizada pelo público externo.	18.2) As publicações podem ser acessadas de forma clara e com poucos cliques do ponto de vista do público externo?	<p>a. Sim, os dados são obtidos de forma clara, intuitiva e com poucos cliques</p> <p>b. Sim, os dados estão transparentes, mas o usuário os acessa com vários cliques ou há uma certa dificuldade para se obter os dados</p> <p>c. Os dados não são transparentes nem fáceis de localizar</p> <p>d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, detalhar as principais dificuldades do usuário em acessar os dados relativos a recursos arrecadados a título de pena de prestação pecuniárias;</p> <p>ou caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	o número de tribunais cujos dados divulgados nos sítios de internet não atendem critérios facilidade na transparência de dados relativos a valores arrecadados a título de prestação pecuniária, as entidades e projetos favorecidos
19) As entidades beneficiadas prestaram contas da utilização dos valores recebidos e as tiveram homologadas de acordo com os respectivos	19.1) identificar se a prestação de contas efetuada pelas entidades beneficiadas ocorreu nos termos dos respectivos editais (prazo, documentos etc.);	19.1) A prestação de contas da utilização dos valores recebidos pelas entidades beneficiadas ocorreu nos termos dos respectivos editais de credenciamento?	<p>a. Sim, houve prestação de contas conforme os respectivos editais</p> <p>b. Sim, houve prestação de contas, mas sem observar os termos dos respectivos editais</p> <p>c. Não houve prestação de contas dos valores recebidos</p> <p>d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, informar as principais causas para a inconformidade da prestação de contas pelas entidades beneficiadas.</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p> <p>Em caso de não atendimento parcial, informar o número de</p>	o percentual de tribunais em que não houve prestação de contas ou que não houve prestação de contas conforme os respectivos editais

editais de credenciamento;				<p>entidades beneficiadas em que não houve prestação de contas ou que não houve prestação de contas conforme os respectivos editais, e o número total de entidades beneficiadas.</p> <p>Nº de inconformidades:</p> <p>Total analisado:</p> <p>Informe se o valor obtido corresponde ao total ou apenas a uma amostra</p> <p>Total</p> <p>Amostra</p>	
	19.2) verificar se a prestação de contas foi homologada em conformidade com o regulamento do tribunal;	19.2) A prestação de contas da utilização dos valores recebidos pelas entidades beneficiadas foi homologada na forma disciplinada pelo tribunal?	<p>a. Sim, a prestação de contas foi homologada em conformidade com o regulamento do tribunal</p> <p>b. Sim, a prestação de contas foi homologada, mas atendeu parcialmente o regulamento do tribunal</p> <p>c. A prestação de contas não foi</p>	Em caso de não atendimento parcial, informar as principais causas para a(s) deficiência(s) constatada(s) na homologação da prestação de contas feitas pelas entidades beneficiadas.	o percentual de tribunais que não homologaram a prestação de contas ou o fizeram sem observar a forma disciplinada

			<p>homologada, ou foi homologada em desacordo com o regulamento do edital</p> <p>d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, informar o número de prestações de contas que não foi homologada ou que foi homologado em desacordo com o regulamento do edital</p> <p>Nº de inconformidades:</p> <p>Total analisado:</p> <p>Informe se o valor obtido corresponde ao total ou apenas a uma amostra</p> <p>Total</p> <p>Amostra</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	
--	--	--	---	--	--

<p>20) O Tribunal definiu formalmente os procedimentos a serem adotados nos casos de rejeição da prestação de contas;</p>	<p>20.1) verificar se existem procedimentos definidos para os casos de rejeição da prestação de contas;</p>	<p>20.1) O Tribunal definiu formalmente os procedimentos a serem adotados nos casos de rejeição da prestação de contas?</p>	<p>a. Sim, os procedimentos para os casos de rejeição de contas estão formalizados b. Sim, existem alguns procedimentos formalizados para os casos de rejeição de contas c. Não foram definidos procedimentos a serem adotados nos casos de rejeição de contas d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>o número de tribunais que não definiram os procedimentos para casos de rejeição da prestação de contas, e o percentual que representam frente ao total;</p>
	<p>20.2) identificar se o tribunal estabeleceu medidas para a regularização das prestações de contas que foram rejeitadas.</p>	<p>20.2) A instância competente do tribunal estabeleceu medidas para a regularização das prestações de contas rejeitadas?</p>	<p>a. Sim, o Tribunal definiu amplamente medidas para que as entidades beneficiadas que tiveram as contas rejeitadas regularizem as contas b. Sim, o Tribunal definiu algumas medidas para que as entidades beneficiadas que tiveram as contas rejeitadas regularizem as contas c. Não, o Tribunal não definiu medidas para que as entidades beneficiadas que tiveram as contas rejeitadas regularizem as contas</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, informar as principais deficiências constatadas; ou caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>o número de tribunais que não adotaram medidas para que as entidades beneficiadas que tiveram as contas rejeitadas regularizem as contas;</p>

			d. Não se aplica (explique o motivo)		
21) Foram aplicadas sanções administrativas nos casos de uso inadequado dos valores recebidos;	21.1) identificar o quantitativo de sanções administrativas aplicadas, bem como o montante, frente ao total de contas prestadas pelas entidades beneficiadas onde foi constatado o uso inadequado dos valores recebidos;	21.1) Quantas sanções administrativas foram aplicadas nos processos analisados, e qual o montante que representam frente ao valor total de contas prestadas em que se constatou o uso inadequado dos valores recebidos?	Nº total de sanções aplicadas Valor total do montante das sanções % do montante das sanções aplicadas frente ao total de contas prestadas	Informe se obtiveram o valor total ou somente o valor da amostra.	número de sanções administrativas aplicadas frente às prestações de contas apresentadas; % do montante das sanções aplicadas frente ao total de contas prestadas
	21.2) verificar se as sanções decorreram das hipóteses previstas nos incisos I a III do art. 13 da Resolução CNJ n. 558/2024;	21.2) A aplicação de sanções decorreu das hipóteses previstas nos incisos I a III do art. 13 da norma?	a. Sim, as sanções decorreram de alguma das hipóteses previstas na norma b. Sim, houve aplicação de sanções, mas foram aplicadas baseadas em hipóteses diferentes das previstas nos incisos I a III do	Em caso de não atendimento parcial, detalhar as sanções administrativas baseadas em hipóteses diferentes das previstas nos incisos I a III do art. 13 da norma.	o número de tribunais que aplicaram as sanções devidas pelo uso inadequado dos valores recebidos

			<p>art. 13 da norma</p> <p>c. Não foram aplicadas sanções</p> <p>d. Não se aplica (explique o motivo)</p>		
	<p>21.3) analisar o percentual de sanções aplicadas de acordo com o fundamento (incisos I a III do art. 13 da Resolução CNJ n. 558/2024).</p>	<p>21.3) Qual o percentual de sanções aplicadas por fundamento previsto nos incisos I a III do art. 13 da norma?</p>	<p>___% por extravio de valores;</p> <p>___% por pagamento a pessoas, por bens ou por serviços diversos dos constantes no convênio;</p> <p>___% por modificação do escopo e público-alvo do projeto.</p>	<p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>o percentual que representa cada fundamento previsto na norma e que foi utilizado na aplicação de sanção administrativa por uso inadequado dos valores recebidos.</p>
<p>22) Houve prestação de contas ao respectivo Tribunal de Contas dos recursos transferidos à</p>	<p>22.1) identificar se houve transferência de recursos à Defesa Civil por ocasião de calamidade pública;</p>	<p>22.1) Houve transferência de recursos à Defesa Civil por ocasião de calamidade pública formalmente decretada e durante seus efeitos?</p>	<p>a. sim</p> <p>b. não</p>		<p>o número de tribunais que realizaram transferência de recursos à Defesa Civil por ocasião de calamidade pública</p>

Defesa Civil durante os efeitos de estado de calamidade pública formalmente decretada;	22.2) identificar o montante de recursos transferidos à Defesa Civil, frente ao total, por ocasião de estado de calamidade pública;	22.2) Qual o montante de recursos transferidos à Defesa Civil frente ao total de transferências de recursos de prestação pecuniária constatado?	Total do montante transferido à Defesa Civil % do valor transferido frente ao total de transferências de recursos de prestação pecuniária realizados		O montante transferido à Defesa Civil e o percentual que representa o valor transferido à Defesa Civil, frente ao total transferido decorrente de aplicação de pena de prestação pecuniária.
	22.3) verificar se houve a prestação de contas ao respectivo tribunal de contas.	22.3) Constatou-se ter havido prestação de contas pela entidade beneficiada (Defesa Civil ou entidades parceiras/terceiros) perante o respectivo Tribunal de Contas?	<p>a. Sim, ocorreu a prestação de contas ao respectivo TC da totalidade dos recursos transferidos e o tribunal tomou ciência dessa prestação</p> <p>b. Sim, ocorreu a prestação de contas ao respectivo TC de parte dos recursos transferidos e o tribunal tomou ciência dessa prestação</p> <p>c. Não foi constatada a prestação de contas perante o respectivo TC ou o tribunal não foi informado/não solicitou informações sobre tal prestação de contas</p> <p>d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento, informar se as falhas decorreram por ausência de prestação de contas, prestação de contas insuficiente ou falta de notificação ao tribunal sobre a prestação de contas</p> <p>Em caso de não atendimento, informe o número de inconformidades (não prestação de contas) e o número total analisado: Nº de inconformidades: Total analisado:</p>	o número de tribunais que transferiram recursos à Defesa Civil e obtiveram prestação de contas do respectivo TC

				<p>Informe se o valor obtido corresponde ao total ou apenas a uma amostra</p> <p>Total</p> <p>Amostra</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	
O que se pretende avaliar	Descrição dos Procedimentos	Questionário - Perguntas	Opções de Respostas	Informações complementares	O que se espera analisar para o painel de dados
Avaliar se:					
23) Os recursos oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores são cadastrados em	23.1) verificar se é feito cadastro em sistema de gestão financeira que permita identificar a origem dos recursos (de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores);	23.1) Os recursos provenientes de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores são cadastrados em sistema de gestão	<p>a. Sim, todos os recursos são cadastrados em sistema, sendo possível a sua identificação detalhada</p> <p>b. Sim, alguns dos recursos são cadastrados em sistema, sendo possível a sua identificação</p> <p>c. Não, os recursos não são cadastrados em sistema tampouco</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, informar as possíveis falhas de cadastro ou de sistema</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos</p>	verificar o quantitativo de tribunais que procedem com o cadastro em sistema de gestão financeira que permita a identificação de detalhes dos recursos provenientes de prestações pecuniárias,

<p>sistemas que permitam uma gestão financeira;</p>		<p>financeira que permita a sua identificação?</p>	<p>é possível a sua identificação detalhada</p> <p>d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>de pena de multa, perda de bens e valores</p>
	<p>23.2) verificar se o tribunal possui sistema de gestão financeira integrado com as informações das contas judiciais que permite o tribunal contabilizar os ingressos e dispêndios oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores;</p>	<p>23.2) O tribunal possui sistema de gestão financeira integrado com as informações das contas judiciais que possibilite a contabilização dos ingressos e dispêndios oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores?</p>	<p>a. sim, há sistema de gestão financeira integrado com as informações das contas judiciais, permitindo a sua completa contabilização</p> <p>b. sim, há sistema de gestão financeira integrado com as informações das contas judiciais, permitindo a sua parcial contabilização</p> <p>c. Não, não há sistema de gestão financeira integrado com as informações das contas judiciais, tampouco ocorre a contabilização dos ingressos e dispêndios oriundos de prestações pecuniárias, de pena de multa, perda de bens e valores</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, informar as deficiências identificadas</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>verificar em quantos tribunais há integração de sistemas que permita a contabilização dos ingressos e dispêndios oriundos de prestações pecuniárias, de pena de multa, e de perda de bens e valores</p>

			d. Não se aplica (explique o motivo)		
	23.3 e 23.4) identificar se o tribunal detém informação de fácil acesso sobre o volume total de recursos oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores e respectiva destinação às entidades beneficiadas.	23.3) É possível obter com facilidade informação detalhada sobre o volume total dos recursos oriundos de prestações pecuniárias, de pena de multa, perda de bens e valores?	<p>a. sim, a informação detalhada sobre o volume total dos recursos é facilmente obtida</p> <p>b. sim, é possível obter a informação detalhada sobre o volume total de recursos, porém com certa dificuldade de consolidação</p> <p>c. não é possível obter a informação detalhada sobre o volume total dos recursos ou a informação é obtida com muita dificuldade</p> <p>d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, informar as deficiências identificadas</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>verificar se as informações do volume total de recursos são facilmente obtidas e consolidadas pelos tribunais</p>

		23.4) É possível obter com facilidade informação sobre a destinação dos recursos oriundos de prestações pecuniárias, de pena de multa, perda de bens e valores?	<p>a. sim, a informação detalhada sobre o a destinação dos recursos é facilmente obtida</p> <p>b. sim, é possível obter a informação detalhada sobre a destinação dos recursos, porém com certa dificuldade de consolidação</p> <p>c. Não, não é possível obter a informação detalhada sobre a destinação dos recursos ou a informação é obtida com muita dificuldade</p> <p>d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, informar as deficiências identificadas</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>verificar se as informações da destinação dos recursos são facilmente obtidas e consolidadas</p>
24) Os ingressos e dispêndios oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores são contabilizados e	24.1) identificar se os recursos são divulgados nas Demonstrações Contábeis ou em notas explicativas;	24.1) Os ingressos e dispêndios oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores são contabilizados e evidenciados nas Demonstrações Contábeis e notas explicativas?	<p>a. sim</p> <p>b. não</p> <p>c. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso afirmativo, informar se os ingressos e dispêndios são divulgados nas Demonstrações Contábeis ou nas notas explicativas</p> <p>Detalhar de que maneira é realizada a contabilização dos recursos (sistema interno, planilha de excel, etc)</p>	<p>verificar o quantitativo de tribunais que divulgam os ingressos e dispêndios nas Demonstrações Contábeis e/ou nas notas explicativas</p>

evidenciados de alguma forma;				Caso a resposta seja “c”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.	
	24.2) identificar se a política de contabilização dos recursos extraorçamentários é evidenciada em nota explicativa;	24.2) A política de contabilização dos recursos extraorçamentários é evidenciada em nota explicativa?	a. sim b. não c. Não se aplica (explique o motivo)	Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.	verificar o quantitativo de tribunais que divulgam a contabilização dos recursos extraorçamentários em notas explicativas
25) Existe conciliação no sistema entre os recursos oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores e as prestações de contas recebidas para controle da	25.1) identificar se as prestações de contas são informadas à contabilidade para baixa no sistema;	25.1) as prestações de contas são informadas à contabilidade para baixa no sistema?	a. sim, todas as prestações de contas são informadas à contabilidade para que seja dada a baixa no sistema financeiro b. sim, algumas prestações de contas são informadas à contabilidade para que seja dada a baixa no sistema financeiro c. não, não há sistema financeiro para controle da prestação de contas e respectiva baixa ou as informações não são repassadas à contabilidade para baixa no sistema	Em caso de não atendimento parcial, informar as deficiências identificadas. Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.	verificar o quantitativo de tribunais que detém o controle contábil entre a prestação de contas e a baixa no sistema financeiro

aplicação dos recursos;			d. Não se aplica (explique o motivo)		
26) As prestações que não foram estabelecidas em forma de pecúnia são contabilizadas;	26.1) identificar se existe contabilização das prestações que não foram estabelecidas na forma de pecúnia;	26.1) as prestações não estabelecidas na forma de pecúnia são contabilizadas de alguma maneira (exemplo: recebimento de 10 cestas básicas)?	a. sim b. não c. Não se aplica (explique o motivo)	Caso a resposta seja “c”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.	Verificar o quantitativo de tribunais que contabiliza as prestações que não foram estabelecidas em forma de pecúnia.

<p>27) Existem procedimentos estabelecidos para registro em sistema dos valores pagos a título de multa;</p>	<p>27.1) identificar a existência de procedimentos de registro para contabilização dos recursos recebidos a título de multa.</p>	<p>27.1) Existem procedimentos estabelecidos de registro para a contabilização em sistema dos valores pagos a título de multa?</p>	<p>a. sim, existem procedimentos suficientes e uniformes de registro para a contabilização dos recursos a título de multa b. sim, existem alguns procedimentos de registro para a contabilização dos recursos a título de multa c. Não, não existem procedimentos de registro para a contabilização dos recursos a título de multa ou os procedimentos são insuficientes e/ou não uniformes d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso não atendimento parcial, informar as deficiências identificadas</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>verificar o quantitativo de tribunais que estabeleceu procedimentos de registro para a contabilização em sistema dos valores pagos a título de multa</p>
<p>28) O sistema permite o acompanhamento da execução de pena de multa pelo Ministério Público;</p>	<p>28.1) verificar se o sistema permite o acompanhamento da execução da pena de multa pelo Ministério Público.</p>	<p>28.1) O sistema permite o acompanhamento da execução de pena de multa pelo Ministério Público?</p>	<p>a. sim, o sistema permite o total acompanhamento da execução de pena de multa pelo Ministério Público b. sim, o sistema permite o acompanhamento parcial da execução da pena de multa pelo Ministério Público c. não, o sistema não permite o acompanhamento da execução da pena de multa pelo Ministério</p>	<p>Em caso não atendimento parcial, informar as deficiências identificadas</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>verificar o quantitativo de tribunais que dispõem de sistema que permita o acompanhamento da execução de pena de multa pelo Ministério Público</p>

			<p>Público ou não há sistema para acompanhamento</p> <p>d. Não se aplica (explique o motivo)</p>		
<p>29) O tribunal estabeleceu procedimentos para proceder ao abatimento da quantia da multa em caso de recolhimento de valor a título de fiança, depois do pagamento das custas, da indenização do dano e da prestação pecuniária;</p>	<p>29.1) verificar se existem procedimentos para realização de abatimento das quantias pagas a título de fiança por ocasião da cobrança de multa.</p>	<p>29.1) Existem procedimentos para realização de abatimento das quantias pagas a título de fiança por ocasião da cobrança de multa?</p>	<p>a. sim, existem procedimentos suficientes e uniformes para o abatimento das quantias pagas a título de fiança por ocasião da cobrança de multa</p> <p>b. sim, existem alguns procedimentos para o abatimento das quantias pagas a título de fiança por ocasião da cobrança de multa</p> <p>c. Não, não existem procedimentos para abatimento das quantias pagas a título de fiança por ocasião da cobrança de multa ou os procedimentos são insuficientes e/ou não uniformes</p> <p>d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento parcial, informar as deficiências identificadas</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>verificar o quantitativo de tribunais que estabeleceram procedimentos suficientes e uniformes para o abatimento das quantias pagas a título de fiança por ocasião da cobrança de multa</p>

<p>30) O tribunal estabeleceu procedimentos e controles, na execução da pena de prestação pecuniária, para que os valores sejam recolhidos em conta judicial vinculada à unidade gestora;</p>	<p>30.1) Identificar se há procedimentos e controles para que os valores de prestações pecuniárias decorrentes de condenação criminal sejam recolhidos em conta judicial vinculada à unidade gestora.</p>	<p>30.1) há procedimentos e controles para que os valores de prestações pecuniárias decorrentes de condenação criminal sejam recolhidos em conta judicial vinculada à unidade gestora?</p>	<p>a. sim, existem procedimentos e controles suficientes e uniformes para que os valores de prestações pecuniárias decorrentes de condenação criminal sejam recolhidos em conta judicial vinculada à unidade gestora b. sim, existem alguns procedimentos e controles para que os valores de prestações pecuniárias decorrentes de condenação criminal sejam recolhidos em conta judicial vinculada à unidade gestora c. não existem procedimentos e controles para que os valores de prestações pecuniárias decorrentes de condenação criminal sejam recolhidos em conta judicial vinculada à unidade gestora ou os procedimentos e controles são insuficientes e/ou não uniformes d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso não atendimento parcial, informar as deficiências identificadas</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>verificar o quantitativo de tribunais que estabeleceram procedimentos e controles suficientes e uniformes para que os valores de prestações pecuniárias decorrentes de condenação criminal sejam recolhidos em conta judicial vinculada à unidade gestora</p>
---	---	--	---	--	--

	30.2) Verificar se há sistema centralizado para o cadastro e registro dos depósitos nas contas judiciais das unidades gestoras.	30.2) Há sistema centralizado para o cadastro e registro dos depósitos nas contas judiciais das unidades gestoras?	a. sim b. não c. Não se aplica (explique o motivo)	Em caso de não atendimento, informar as deficiências identificadas Caso a resposta seja “c”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.	verificar o quantitativo de tribunais que possuem sistema centralizado para o cadastro e registro dos depósitos nas contas judiciais das unidades gestoras
31) O Tribunal cadastra corretamente os dados do cumpridor para a realização do depósito judicial de forma que seja possível identificar pelos sistemas os valores e datas de pagamentos;	31.1) identificar se os dados encaminhados à instituição financeira estão corretos;	31.1) Os dados do cumpridor do depósito judicial foram cadastrados corretamente?	a. sim, os dados dos cumpridores analisados foram cadastrados corretamente b. sim, parte de alguns dados dos cumpridores analisados foram cadastrados corretamente c. não, os dados dos cumpridores analisados não foram cadastrados d. Não se aplica (explique o motivo)	Em caso de não atendimento parcial, informar as deficiências identificadas. Em caso de não atendimento parcial, informar o número de cadastros dos cumpridores de depósito judicial com falhas. Nº de inconformidades: Total analisado: Informe se o valor obtido corresponde ao total ou apenas a uma amostra Total	estimar o percentual de tribunais que apresentam falhas no cadastro dos dados dos cumpridores de depósito judicial

				Amostra	
				Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.	
	31.2) avaliar se é possível o rastreamento dos valores pagos de acordo com o nome do réu, número de autuação, comarca e vara nos sistemas.	31.2) O sistema permite o rastreamento dos valores pagos de acordo com o nome do réu, número de autuação, comarca e vara?	<p>a. sim, o sistema permite o rastreamento dos valores pagos de acordo com o nome do réu, número de autuação, comarca e vara</p> <p>b. sim, o sistema permite o rastreamento de alguns parâmetros</p> <p>c. não, o sistema não permite o rastreamento dos valores pagos de acordo com o nome do réu, número de autuação, comarca e/ou vara</p> <p>d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso não atendimento parcial, informar as deficiências identificadas</p> <p>Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	identificar o quantitativo de tribunais que possuem sistema de rastreamento dos valores pagos e quais as principais deficiências apontadas

<p>32) Existem procedimentos estabelecidos para registro dos valores pagos a título de perda de bens e valores e de acordo com o requerimento do Ministério Público;</p>	<p>32.1) identificar a existência de procedimentos para registro dos recursos recebidos a título de perda de bens e valores e de acordo com o requerimento do Ministério Público.</p>	<p>32.1) Existem procedimentos estabelecidos para registro dos valores pagos a título de perda de bens e valores e de acordo com o requerimento do Ministério Público?</p>	<p>a. sim, existem procedimentos suficientes e uniformes estabelecidos para registro dos valores pagos a título de perda de bens e valores e de acordo com o requerimento do Ministério Público b. sim, existem procedimentos estabelecidos para registro dos valores pagos a título de perda de bens e valores e de acordo com o requerimento do Ministério Público porém com algumas falhas c. Não, não existem procedimentos estabelecidos para registro dos valores pagos a título de perda de bens e valores e de acordo com o requerimento do Ministério Público ou os procedimentos são insuficientes ou não uniformes d. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso não atendimento parcial, informar as deficiências identificadas Caso a resposta seja “d”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>identificar o quantitativo de tribunais que possuem procedimentos estabelecidos para registro dos valores pagos a título de perda de bens e valores e de acordo com o requerimento do Ministério Público</p>
--	---	--	---	---	---

<p>33) O sistema permite o controle dos recursos contabilizados de forma a verificar a sua destinação.</p>	<p>33.1) verificar se o sistema permite identificar os percentuais destinados ao Fundo Penitenciário Nacional e ao Fundo Penitenciário da Unidade da Federação.</p>	<p>33.1) o sistema permite identificar os percentuais destinados ao Fundo Penitenciário Nacional e ao Fundo Penitenciário da Unidade da Federação?</p>	<p>a. sim b. não c. Não se aplica (explique o motivo)</p>	<p>Em caso de não atendimento, informar as deficiências identificadas</p> <p>Caso a resposta seja “c”, informe os motivos pelos quais a pergunta não se aplica ao tribunal.</p>	<p>identificar o quantitativo de tribunais que dispõem de sistema capaz de identificar os percentuais destinados ao Fundo Penitenciário Nacional e ao Fundo Penitenciário da Unidade da Federação</p>
--	---	--	---	---	---